



Nota do ONDAS contra a privatização da Sabesp e a violência policial

O Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (ONDAS) vem por meio desta nota se manifestar de forma veemente contra a aprovação do PL 1501 de 2023, que autoriza a privatização da Sabesp, aprovado no último dia 06 de dezembro na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP).

O povo de São Paulo assiste a um dos maiores ataques ao patrimônio público da sua história, só comparável com as privatizações do Banespa e do sistema elétrico paulista na década de 1990.

Ao mesmo tempo, tornamos pública nossa indignação e nosso repúdio à violência impetrada pela polícia militar contra jovens, estudantes, trabalhadores e trabalhadoras que exerciam o direito de se manifestarem em defesa da Sabesp pública e que teve como consequência a prisão de vários deles. Não podemos aceitar essa ação sob pena de passarmos a conviver de forma cotidiana com uma prática que pode atingir qualquer movimento que enfrente os desmandos do Governador Tarcísio de Freitas.

A privatização da Sabesp vai afetar principalmente as pessoas mais pobres, que vivem em assentamentos precários nas periferias, nas favelas e nas áreas rurais e povos tradicionais (quilombolas, ribeirinhos e outros). Vai aumentar a exclusão do acesso aos serviços de abastecimentos de água e de esgotamento sanitário configurando violação expressa dos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento dos quais o Brasil é signatário.

Mas não só a eles. Todos nós pagaremos pelos desacertos da gestão privatizada da água, especialmente, nesta conjuntura crítica de crise climática. É de se esperar que face à prioridade de gerar lucro a curto prazo para os acionistas, piores os indicadores de perdas e de poluição das águas superficiais por esgoto e diminua a segurança do abastecimento de água das nossas cidades.

Não há argumentos que justifiquem a privatização. A empresa apresentou faturamento anual de cerca de R\$ 24 bilhões e lucro líquido de R\$3,1 bilhões em 2022 e repassou R\$ 440 milhões ao Governo do Estado na forma de dividendos e outro tanto aos seus acionistas privados.

A Sabesp, que está prestes a ser entregue ao controle privado, chegou ao patamar de uma das maiores empresas de saneamento do mundo e primeira da América Latina em número de pessoas atendidas graças às tarifas pagas pelos usuários e ao financiamento público.



Priorizando o interesse público, o que está na ordem do dia é ampliar a participação social na gestão da empresa e colocar os direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário, a proteção ao ambiente e especialmente aos mananciais à frente do lucro dos acionistas. Para tanto, é necessário ampliar a participação do Estado e o controle social, garantir investimentos públicos e promover a integração das políticas de habitação, saúde, recursos hídricos e meio ambiente.

Os desafios da universalização do acesso aos serviços de saneamento não serão superados com a privatização. A propalada eficiência da gestão privada é apenas uma cortina de fumaça para ocultar a prioridade para a maximização de lucros a curto prazo.

A luta contra a privatização da Sabesp não terminou com a aprovação do PL na ALESP, segue agora nas câmaras municipais e junto as prefeitas e prefeitos que devem fazer valer seu papel de titulares dos serviços, o que somado à força dos movimentos sociais, populares e sindical, pode impedir a concretização da privatização.

O ONDAS reafirma sua posição de que água e saneamento são direitos e não mercadoria e seguirá no apoio à resistência a todas as formas de privatizações dos serviços públicos de água e esgoto em São Paulo e no Brasil.

Brasília, 09 de dezembro de 2023.

Coordenação Geral do ONDAS